

Com Lula, pela primeira vez o tema dos cuidados sai da vida privada e chega à política

PT

18/09/2026

Lula quer aprofundar a Política Nacional de Cuidados, que tira das mulheres a sobrecarga invisível de atividades familiares. Já Flávio Bolsonaro acha que isso não é problema do Estado



Foto: Ricardo Stuckert

Por décadas, cozinhar, lavar roupa, cuidar de crianças, idosos e pessoas que precisam de apoio foram atividades tratadas como uma obrigação das famílias, não contabilizada como trabalho e, prioritariamente, atribuída às mulheres. A sobrecarga “invisível” aprofunda as desigualdades de gênero e reforça a ideia de que as mulheres seriam naturalmente “talentosas” para o gerenciamento das tarefas domésticas.

Pela primeira vez na história do país, durante o terceiro mandato do presidente Lula, o tema dos cuidados saiu da esfera privada e passou a figurar como prioridade em programas de governo, envolvendo diversos ministérios.

Também é a primeira vez que o tema é disputado nas eleições, com propostas distintas sobre quem deve responder pelo cuidado e qual deve ser o papel do Estado. Afinal, **cuidado deve ser reconhecido como direito e responsabilidade coletiva ou segue sendo tratado como um dever privado, concentrado nas mulheres?**

O presidente Lula, que criou a Política Nacional de Cuidados no Brasil ([lei 15.069/2024](#)), propõe fortalecer e ampliar uma política de cuidados inédita no Brasil, tratando o cuidado como direito e como responsabilidade compartilhada.

Já Flávio Bolsonaro (PL) propõe que a família permaneça como unidade primária do cuidado, com o Estado atuando de forma subsidiária e o mercado ganhando espaço por meio de vouchers e parcerias. Na prática, a **diferença fundamental está em quem deve responder pelo cuidado e qual seria o papel do Estado. O programa de Lula parte da ideia de corresponsabilidade: homens e mulheres, famílias, comunidades, setor privado e Estado têm responsabilidades, cabendo ao poder público ser o principal garantidor do**

direito.

Para Alcielle Santos, professora e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável da Presidência da República, **transformar o cuidado em política pública é justamente romper com a invisibilidade histórica**. Ela diz que a criação da Política Nacional de Cuidados permite que a sociedade reconheça que o trabalho não acontece apenas nos espaços formais de emprego, mas também dentro das casas.

“A quebra disso e a nomeação é essa desinvisibilização. Ela é um ato histórico e político”, afirma. “É exatamente permitir que a mulher, desde a infância, desde a educação básica, saiba que o trabalho acontece em todas as dimensões humanas, inclusive na casa que ela mora. E que, portanto, esse trabalho precisa ser dividido.”

Essa diferença também revela duas maneiras de enxergar a desigualdade de gênero. **Para Lula, não basta oferecer auxílio às famílias, mas é preciso retirar das mulheres a exclusividade histórica sobre o trabalho de cuidados**. Isso inclui reconhecer que os homens também são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com crianças, idosos e demais pessoas que necessitam de apoio.

O programa de Flávio, por sua vez, não apresenta o homem como sujeito da política de cuidados, mantendo a família como núcleo principal da responsabilidade, mantendo a mulher com a sobrecarga excessiva as jornadas duplas e triplas.

Creches, idosos e infraestrutura

As creches são uma reivindicação do movimento de mulheres e o governo Lula aposta em investimento público direto, expansão da oferta, qualidade e regulação. **O Novo PAC apoiou a construção de 3.562 creches e escolas de educação infantil em 2.360 municípios, com previsão de ampliação dessa ação na segunda edição do programa**.

Já no programa de Flávio Bolsonaro, a política para o segmento seria feita a partir de parcerias com instituições privadas. A diferença está entre ampliar a oferta pública para universalizar um direito e financiar a demanda para que as famílias procurem vagas no mercado, uma solução que não considera desigualdades de renda, informação e território.

Quando o assunto é cuidado com a pessoa idosa, Lula apresenta uma estratégia articulada à rede pública, com expansão e qualificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Centros Dia, Instituições de Longa Permanência, atendimento domiciliar e ações de promoção da autonomia. O programa também prevê ampliar o Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (PADI), iniciativa criada no atual governo e já implantada em 2.655 municípios.

Flávio Bolsonaro, por sua vez, defende a expansão da rede privada de atendimento, mantendo nas famílias parte central da responsabilidade por garantir atendimento e qualidade de vida para quem precisa de cuidados.

Outro ponto de contraste está na chamada infraestrutura de cuidado indireto. O programa de Lula prevê ampliar **cuidotecas, lavanderias públicas, cozinhas solidárias e restaurantes populares**. São equipamentos que atingem uma dimensão muitas vezes invisível do trabalho doméstico, dando oportunidade para as mulheres utilizarem espaços coletivos.

O programa também prevê a capacitação de cuidadores, movimentando o mercado e gerando empregos.

Pobreza de tempo

A ausência de políticas de cuidado aprofunda as desigualdades e recai principalmente sobre as mulheres, e com maior intensidade sobre mulheres pobres, negras, indígenas, moradoras de áreas rurais e periferias,

justamente onde os serviços públicos são mais escassos. Alcielle adverte que a sobrecarga também precisa ser considerada nas relações de trabalho.

“O mercado de trabalho não quer a mulher que é mãe, que cuida de mais velhos. Ele quer a mulher disponível para uma jornada de exaustão. O mundo do trabalho precisa considerar que a mulher já faz um trabalho doméstico e de cuidados não remunerados.”

Hoje, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), mais de 20 milhões de mulheres brasileiras dedicam 20 horas ou mais por semana ao trabalho não remunerado de cuidados. Desse grupo, 5,3 milhões cumprem mais de 40 horas semanais nessas atividades.

Essa carga produz o que se chama de pobreza de tempo: mulheres que dispõem de tão pouco tempo livre que têm dificuldades para estudar, trabalhar, descansar, participar da vida pública e construir autonomia econômica.

Quem cuida de quem cuida?

As mulheres, especialmente as mulheres negras, representam **75% da força de trabalho remunerada de cuidados**, em atividades como trabalho doméstico e cuidado de pessoas em domicílios, instituições e serviços. Assim, as mesmas mulheres que assumem uma parcela desproporcional do cuidado gratuito também estão concentradas nas ocupações profissionais relacionadas ao cuidado.

É por isso que a política de cuidados não pode ser reduzida a uma política de assistência às famílias, como pensa o filho de Jair Bolsonaro. Ela interfere diretamente na possibilidade de as mulheres terem **tempo, renda, trabalho, descanso, formação, participação política e autonomia**. Sem a socialização do cuidado, a desigualdade se reproduz dentro de casa, no mercado de trabalho e na vida pública.

Uma ação coletiva

A secretária nacional de Mulheres do PT, Mazé Moraes, chama atenção para a fala recente do candidato do PL, de que teria tido duas filhas justamente para que cuidassem dele na velhice, reforçando a tradicional concepção de que às mulheres cabe se ocupar e gerenciar os cuidados familiares.

“O programa de Lula adota o cuidado como direito universal e responsabilidade coletiva, a ser compartilhado entre homens e mulheres, e entre famílias, comunidades, setor privado e Estado, sendo o Estado o seu principal garantidor. Já Flávio Bolsonaro segue a visão tradicional de que o Estado apoia as famílias, que seguem sendo a unidade do cuidado”, analisa Mazé.

Via pt.org.br

Compartilhe nas redes: